

Encontro debate fim do trabalho infantil

O trabalho de conscientização e convencimento junto aos pais e às empresas, além da busca de alternativas por parte das prefeituras para geração de renda, é mais eficaz que somente aplicar multas para erradicar o trabalho infantil. Como explica a presidente do Sindicato de Agentes de Inspeção do Trabalho do Estado, Clotilde Cezarina Carmo, há focos de trabalho infantil preocupantes no Espírito Santo e necessidade de conseguir o apoio dos pais para combatê-los.

As alternativas e dificuldades para fazer com que as crianças larguem o trabalho e voltem à escola serão debatidas durante o 15º Encontro Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho (Enait), realizado pela primeira vez em Vitória. O Encontro, aberto na noite de ontem, no Centro de Convenções de Vitória, em Santa Lúcia, termina no dia 24, com expectativa de participação de cerca de mil agentes de todo o país.

FOCOS – Entre as zonas mais problemáticas com relação ao trabalho infantil no Estado, Clotilde e o subcoordenador da Comissão de Crianças e Adolescentes do Sindicato, Jair Teixeira Reis, apontam a região de Santa Tereza, onde adolescentes deixam a escola para trabalhar em fábricas de caixote; e Piúma, onde menores de 14 anos atuam na pesca.

“Nas carvoarias a situação já está controlada, devido à atuação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em conjunto com a Procuradoria do Trabalho”, ressalta Clotilde, observando que além do trabalho inadequado e excessivo, a maior perda para as crianças é a evasão escolar, já que

muitas deixam de vez os estudos.

Ela observa que as multas continuam sendo um instrumento importante e necessário, mas não podem ser desvinculadas do trabalho de conscientização. O Sindicato Nacional dos Agentes lançou uma campanha nacional de erradicação do trabalho infantil, que está sendo encampada no Estado.

No Sul do Estado, a DRT está negociando com empresas de cerâmica e olarias, que empregam maiores de 14 anos legalmente, que condicionem o emprego à ida do adolescente à escola. Clotilde explica que os agentes estão obrigados ao sigilo quando autuam uma empresa, e que a divulgação dependeria de uma decisão política da Delegacia e dos sindicatos de empregados.

Além do trabalho infantil, outro grande tema que será discutido são os acidentes de trabalho. “O Espírito Santo tem saído na mídia como o vice-campeão em acidentes. Para mudar essa situação, é preciso chamar as empresas para negociar condições de segurança”, apontou a presidente do sindicato.

Ela aponta algumas dificuldades na atuação da DRT, a começar pelo número reduzido de agentes, que são 67 para todo o Estado, cerca de um terço do mínimo que seria necessário. Além de prejudicar a fiscalização, a deficiência faz com que os processos corram lentos, demorando as multas a serem efetivamente aplicadas.

“Por isso é que acreditamos que o melhor caminho é buscar uma negociação com empresários, chamando os sindicatos para uma parceria”, observou, explicando que a construção civil e o setor energético são os que mais apresentam acidentes de trabalho no Estado.



Nestor Müller

ATENÇÃO

Clotilde Carmo está preocupada com focos existentes no Espírito Santo